

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15919 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

UNIVERSIDADE POPULAR E SUAS INTERFACES ENTRE BRASIL – PORTUGAL:
UMA ANÁLISE SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA SUL (UFFS)

Fernanda Natali Demichelli - UNIOESTE/CAMPUS CASCAVEL - UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Joao Carlos da Silva - UNIOESTE/CAMPUS CASCAVEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO OESTE DO PARANÁ

**UNIVERSIDADE POPULAR E SUAS INTERFACES ENTRE BRASIL –
PORTUGAL: UMA ANÁLISE SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL FRONTEIRA
SUL (UFFS)**

No âmbito educacional destaca-se a criação das Universidades Livres e Populares como um importante espaço de debate e democratização do conhecimento. No Brasil a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) emerge como um importante projeto de educação superior voltado as camadas populares. Nesse sentido, Portugal vivenciou uma situação semelhante, pois também teve a constituição de Universidades Populares no início do século XX, que foram interrompidas durante o período Ditatorial (1926-1933), e reacenderam após a Revolução dos Cravos em 1974.

Para compreender o contexto político e social em que a UFFS está inserida e garantir sua continuidade, é necessário investigar historicamente a origem das Universidades Populares em outras partes do mundo. O presente texto foi elaborado como resultado da missão de estudo denominada Mobilidade Acadêmica Internacional, realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. O objetivo consiste em explorar o panorama das Universidades Populares Portuguesas, especialmente as Universidades Populares do Porto. O texto pontua alguns desafios enfrentados na contemporaneidade, em tempos de conservadorismo e negacionismo, na construção de uma universidade popular atual voltada à emancipação humana.

No Brasil, a implementação da UFFS foi uma grande demonstração da força política proveniente da união de movimentos sociais, ONG's, sindicatos, grupos políticos, associações e membros da sociedade civil, em prol de uma necessidade histórica no sentido de possibilitar o acesso dos setores populares no âmbito do ensino superior federal. Além de sua origem, a Instituição denomina-se, em seus documentos oficiais, como uma Universidade Popular.

Silva e Spigolon (2022) pontuaram que após os anos 2000 a educação popular e sua

filosofia humanística, voltaram a ser atuantes, ganhando novas denominações e formas variadas de serem aplicadas. No ensino superior, alcançou processos de inclusão social em programas do governo, por meio do incentivo à inserção de estudantes da camada popular. Paulo (2018) assinalou que a Educação Popular não se fez presente no seguimento da educação superior, mas é lembrada no que tange ao princípio da democratização do ensino, sendo as políticas de ampliação de vagas concebidas como um modo de democratizar a educação.

Os anseios pela ampliação do número de vagas no ensino superior público na mesorregião da fronteira sul, que inclui o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, eram antigos, devido à oferta predominante de vagas apenas em instituições particulares. No início dos anos 2000, o projeto de uma universidade popular ganhou força com a abertura favorável do governo à expansão universitária. Houve a mobilização de movimentos sociais ligados ao campo, e em 2009 foi sancionada a lei de criação da UFFS (Romão; Benincá, 2015). Com sede em Chapecó (SC) e outros quatro campi situados em Erechim e Cerro Largo (RS), Laranjeiras do Sul e Realeza (PR), a UFFS iniciou suas atividades acadêmicas no dia 29 de março de 2010. Em 2013, foi criado e instalado mais um campus: o de Passo Fundo, com o curso de Medicina.

Em Porto, a educação popular começou em 1902, liderada por Pádua Correia e Campos Lima, com a criação do Comitê Acadêmico Operário, considerada a primeira Universidade Livre portuguesa. No entanto, Cortesão (1912) esclarece que nem essa instituição, nem a Universidade Popular que surgiu dez anos depois, poderiam ser consideradas verdadeiras Universidades Livres devido à falta de relação com o ensino formal.

A Universidade Livre do Porto, composta por intelectuais e operários anarquistas, visava romper com a Monarquia, enquanto a Universidade Popular de 1912 buscava construir um espírito nacionalista. A Universidade Livre foi um marco de resistência, com um programa de divulgação científica, mas falhou devido à desconexão entre intelectuais e operários. Após sua dissolução, a Universidade Popular foi fundada com um objetivo mais amplo de educação e ação social, destinada a toda a população e adaptada às necessidades do público.

Os objetivos da Universidade Popular, alinhados ao da Renascença Portuguesa, buscavam superar as mazelas educacionais da população deixadas pelo ensino jesuítico. Este era caracterizado como puramente mecânico e desprovido de sentido, limitando a criatividade e o envolvimento dos estudantes com a realidade, além de desvalorizar os ideais coletivos e nacionalistas. É possível notar também que as UPs possuíam grande liberdade para suas ações, seja no âmbito público, político ou religioso, pois eram mantidas principalmente por colaborações internas e doações e funcionavam por meio do trabalho colaborativo de professores, funcionários públicos, comerciantes e alguns operários.

Com a mudança política no País, advinda após a implantação da ditadura militar e uma sucessiva onda de regimes políticos totalitários, as universidades populares e ações

educativas populares como um todo, se veem enfraquecidas. A nova organização do estado, por meio de seu aparato jurídico e conservador, acaba isolando as ações das UPs causando grandes prejuízos tanto à democratização do ensino quanto a democracia de forma geral.

De acordo com Medina et al. (2012), o fim da ditadura em 25 de abril de 1974, culminou na Revolução dos Cravos, um período marcado por grande resistência popular, com destaque para sindicatos, grupos estudantis e intelectuais dissidentes. Antunes (2022) destacou que o movimento estudantil teve um papel central na defesa da ampliação do acesso universitário para todos e na promoção de uma maior aproximação entre universidades e sociedade.

Mesmo passados 50 anos do 25 de Abril, algumas questões parecem bem presentes, diante da realidade que se apresenta. Os mecanismos de repressão social estão mais atuantes, a legitimação da exploração capitalista segue a passos largos, restando à mobilização popular criar formas de resistência e luta não só no âmbito econômico, mas na igualdade de gênero, justiça racial, questões ambientais, entre outras pautas.

Gramsci (2010) aponta considerações referentes à Universidade Popular, e considera que para seu êxito intelectuais e as pessoas comuns deveriam ser da mesma unidade, organicamente oriundos da mesma origem. Só assim os intelectuais poderiam entender os princípios e problemas que as massas demandavam, de acordo com sua atividade prática. Essa indissociação entre teoria e prática, intelectuais e massa produziria um bloco cultural e social, ou seja, os intelectuais nunca deveriam perder o contato com o simples e mais ainda, eles deveriam ser a “fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos” (Gramsci, 2010, p.77).

Nessa perspectiva, parece ser urgente e necessário, ocupar os espaços de conhecimento pelas massas, tanto acadêmicos formais, como Universidades e centros de pesquisa, quanto de educação não-formal, como das UPs. Com isso, será possível elevar a cultura e assim proporcionar a formação de intelectuais orgânicos que mobilizarão a mudança necessária em contraposição às demandas do mercado.

No âmbito acadêmico, a missão de estudo que realizamos em Portugal possibilitou explorar *in locu* o tema "Universidade Popular" e identificar conexões entre a UFFS e as Universidades Populares Portuguesas, destacando sua origem no seio dos movimentos populares como parte de um projeto universal voltado ao atendimento dos setores populares. Durante o trabalho de pesquisa, sob a supervisão do Prof. Dr. Manuel Loff, coorientador no exterior, discutimos aspectos teóricos sobre a temática, como a origem das Universidades Populares em Portugal no contexto do século XX, e tivemos acesso ao acervo bibliográfico e documental para levantamento de fontes.

Destaca-se que essa atividade foi significativa para a pesquisa em andamento, promovendo o intercâmbio científico e qualificação acadêmica. Ela contribuiu significativamente para o aprofundamento da investigação e levantamento de dados,

enriquecendo a tese em desenvolvimento, e avançando os estudos sobre a historiografia das Universidades Populares (UP) no Brasil, um campo ainda embrionário no país.

A Universidade Popular, no Brasil e Portugal, ainda que guardadas suas singularidades históricas e políticas, foram marcadas por disputas e tensionamentos no campo social. Identificar os elementos que ainda precisam ser superados é essencial para estabelecer uma educação efetiva para todos, visando a emancipação humana. Tais experiências expressam os desafios teóricos e práticos que se colocam, em tempos de conservadorismo e das políticas neoliberais que ameaçam a existência dos projetos coletivos. Em face do exposto, urge a necessidade de construir alternativas contra- hegemônicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria João Silva. **Lutas dos estudantes na ditadura e sua influência nas transformações educativas após o 25 de Abril: os movimentos estudantis do Porto (1968-1974)**. 2022. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, 2022.

CORTESÃO, Jaime. **Universidades Livres, Extensões Universitárias e Universidades Populares**. A Vida Portuguesa, n. 4, 1912.

GRAMSCI, Antonio; MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci, 1891-1937**. Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MEDINA, Teresa; PACHECO, Natércia; CAMELO, João. **Lutas operárias no Porto na segunda metade do século XX**. Strikes and social conflicts: towards a global history, 2012.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade**. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS.

ROMÃO, Jose Eustáquio; BENINCÁ, Dirceu. Movimentos sociais e universidade popular: tensões e perspectivas nas relações entre comunidade e academia. **Revista Lusófona de Educação**, n. 31, p. 99-123, 2015.

SILVA, César Ferreira; SPIGOLON, Nima Imaculada. Um sonho do passado e uma utopia do futuro: Os percursos históricos da Educação Popular Brasileira. **Revista Com Censo**:

